



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023101215 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição, requisitando pagamento de honorários em favor de Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira, pela perícia realizada no Processo nº 0800637-63.2017.8.15.0151, movido por JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA em face do MUNICIPIO DE IBIARA

Data da Autuação: 30/06/2023

Parte: Vara Única / Conceicao e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117261

Nome original: Ofício Requisatório (RPV) (1).pdf

Data: 30/06/2023 11:16:20

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



Número: **0800637-63.2017.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **30/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade, Adicional de Serviço Noturno**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE IBIARA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75125 236	26/06/2023 07:56	Ofício Requisitório (RPV)	Ofício Requisitório (RPV)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE CONCEIÇÃO

Juízo da Vara Única

Rua Antônio Gonzaga, s/nº, Conceição - PB - CEP: 58970-000

Tel.: () ; e-mail:con-vmis01@tjpb.jus.br

Telefone do Telejudiciário: (83) 3453-2263 ou (83) 99143-4896

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Nº Processo: 0800637-63.2017.8.15.0151

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Desembargador JOÃO BENEDITO DA SILVA,

Considerando que o(a) Senhor(a) SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo, ainda, que a parte REQUERENTE: JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA, é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho constante no id. 10441455 dos autos

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0800637-63.2017.8.15.0151

1.1.2 Natureza da ação: Ação de Cobrança

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: Vara Única da Comarca de Conceição-PB



1.1.4 Autor (es): JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA, CPF: 090.848.307-07

1.5.1 Réu (s): REQUERIDO: MUNICÍPIO DE IBIARA-PB, CNPJ: 08.943.268/0001-79

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (X) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (X) Finais

1.1.8 Valor arbitrado R\$ 370,00(trezentos e setenta reais)

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: SAULO PERICLES BROCCOS PIRES FERREIRA

1.3.2 Endereço: Praça Galdino Pires, nº 04, Cajazeiras/PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 99373-5982

1.2.4 CPF:186.231.504-59

1.2.5. Banco: Banco do Brasil S/A 1.2.6. Agência: 3165-8 1.2.7 Conta-Poupança:29.073-4

1.2.6 Inscrição INSS: ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: 132.27797.64-9

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CONFEA nº 1801132518-5

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Conceição/PB, 22 de junho de 2023.

Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472149-7

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Francisco Thiago da Silva Rabelo/ Juiz(a) de Direito





Assinado eletronicamente por: FRANCISCO THIAGO DA SILVA RABELO - 26/06/2023 07:56:54
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23062607565381700000070781927>
Número do documento: 23062607565381700000070781927

Num. 75125236 - P 3

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2023101215, nos termos da Lei 11.419. ADME.57646.18861.18553.41778-3
Manuela Pimenta da Cunha [026.741.354-84] em 30/06/2023 11:33



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520235117262

Nome original: Despacho (10).pdf

Data: 30/06/2023 11:16:20

Remetente:

Deijair Vieira da Silva

Vara Única de Conceição

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.



Número: **0800637-63.2017.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **30/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade, Adicional de Serviço Noturno**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE IBIARA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10441455	13/11/2017 09:49	Despacho	Despacho



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Conceição

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800637-63.2017.8.15.0151

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Observando-se que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, mas, verifica-se que afigurando-se desnecessária (e mesmo desaconselhável, ineficiente (art. 37, *caput*, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF)) a designação exclusiva de **audiência de conciliação**, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como **fase preliminar da própria audiência de instrução (art. 359, NCPC)**, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação (art. 3º, § 3º, c/c art. 139, V, NCPC).

Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma do art. 183, NCPC¹.

Uma vez apresentada a contestação, intime-se a parte autora, via patrono, para apresentar impugnação à contestação, no prazo de 15 (dez) dias².

Decorrido o prazo, com ou sem impugnação, intemem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, de forma clara e objetiva, no prazo de 10(dez) dias, apontando os pontos contraditórios controvertidos, sob pena de preclusão.

Conceição, assinatura eletrônica.

Kleyber Thiago Trovão Eulálio

Juiz de Direito Substituto

¹Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

²Art. 350, NCPC. Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.







30/06/2023

Número: **0800637-63.2017.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **30/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade, Adicional de Serviço Noturno**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE IBIARA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67659581	29/12/2022 09:11	Laudo Pericial	Laudo Pericial

LAUDO TÉCNICO PERICIAL

Laudo Técnico Nº 10/2022

REFERÊNCIA: PROCESSO COMUM CÍVEL

Nº DO PROCESSO: 0800637-63.8.15. 2017.8.1.0151

Partes do processo:

RECLAMANTE: JOAILSON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA.

RECLAMADO: MUNICÍPIO DE IBIARA -PB.

Responsável por este Laudo Técnico: Saulo Pericles Brocos Pires Ferreira

Engenheiro Mecânico, Advogado, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho
CONFEA 180.113.258-5, OAB – PB 11.455

LAUDO TECNICO DE AVALIAÇÃO DE CONDIÇÃO DE TRABALHO – INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

Finalidade da Avaliação: O objetivo dessa avaliação é identificar as reais condições de trabalho exercidas pelo reclamante, e se nas condições verificadas existe a concorrência de situação de trabalho que envolva insalubridade ou periculosidade, Sendo aceita a incumbência em. Como tanto nas petições acostadas de reclamante e reclamado, não foram apresentados quesitos, apenas no final emitir-se-á a declaração que este perito é signatário.

Data das diligências: Foi efetuada uma única diligência no local de trabalho pelo perito, começando às 12.00 hs do dia 19 de dezembro de 2022. Primeiramente na sede da Prefeitura municipal, e foram verificados alguns locais em que o Reclamante exerce seu labor, isto é, como o reclamante trabalha como vigia noturno, nos deslocamos aos dois locais aonde o mesmo aode o reclamante exercia seu trabalho. Nesta visita, estiveram presentes apenas operário e o reclamante. O perito verificou que o município dispõe de lei municipal que trata do assunto, e na hierarquia das normas; uma Lei, mesmo municipal se sobrepõe a uma norma provinda do executivo no caso em tela, a Lei Complementar 04/2010, que reproduz em parte (*verbis*):

Subseção V

DO ADICIONAL NOTURNO

ART. 65 – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor –hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se a hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único: Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que se trata esse artigo incidirá sobre a remuneração prevista no artigo 63. (**essa remuneração que trata o artigo citado é de 50% (cinquenta por cento), em relação a hora normal e trabalho**) trecho e negrito em destaque feitos pelo perito.

acompanhou os dois locais onde o reclamante exerceu seu labor e se informou perante à assessoria jurídica do município, que atestou o trabalho noturno do reclamado, o que serve como um subsídio para que se conceda o adicional pleiteado pelo reclamante. De 25%. Mas se tem a informação de que em determinados períodos o reclamante trabalhou como “plantonista”, não sendo todas as noites trabalhando como vigia noturno. Cabe inquirir à Prefeitura como se deu esses “plantões, e como se fazia esse revezamento, pois não seria justo para os que exerciam a vigilância, ficarem expostos às intempéries, enquanto o reclamante descansava em casa.

CONCLUSÃO

Então perante o exposto, no entender desse perito, existe uma situação de insalubridade a ser compensada através de adicional, sendo esse adicional na avaliação desse perito, ser de 25% , conforme reza a Lei Complementar 04/2010 de 25% a contar do dia em que o reclamante entrou com o pedido desse benefício, sem retroativos. A justiça não ampara aos que dormem.

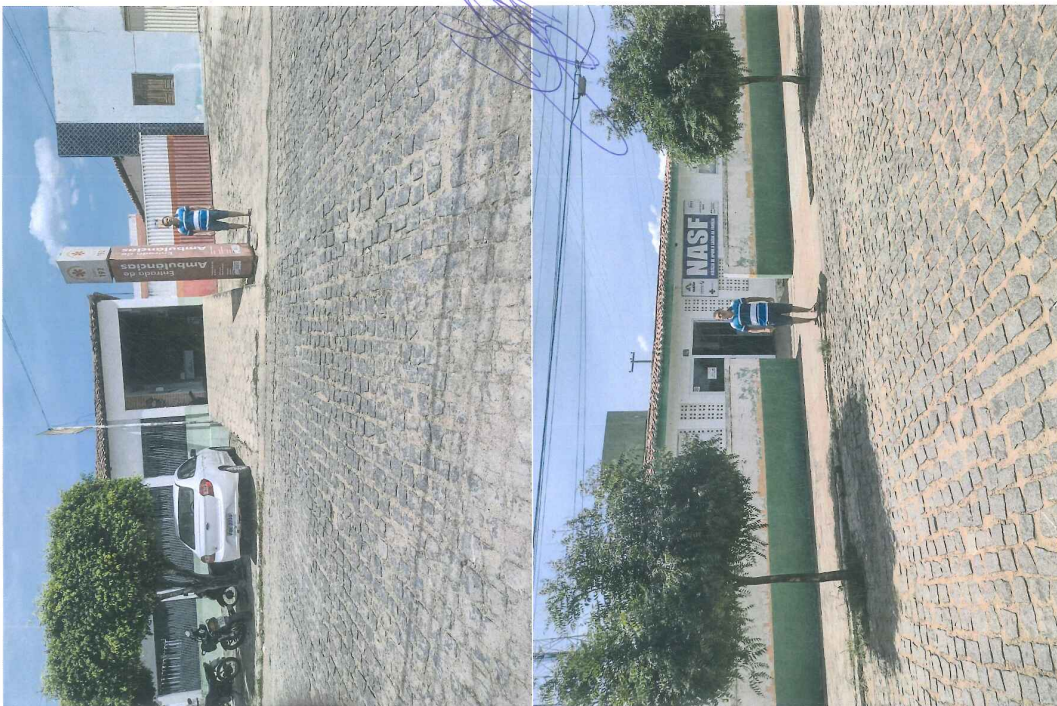
Juntam-se aos autos, fotos dos lugares aonde o reclamante trabalha/ou.

Ibiara/PB, 15 de dezembro de 2022.



SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA
ENGENHEIRO MECÂNICO
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - CONFEA nº 180.113.258-5
ADVOGADO OAB PB - 11.455

FOTOS ANEXADAS



Assinado eletronicamente por: DEIJAI R VIEIRA SILVA - 29/12/2022 09:11:50

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22122909114991600000063893953>

Número do documento: 22122909114991600000063893953

Num. 67659581 - Pág. 3



Número: **0800637-63.2017.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **30/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade, Adicional de Serviço Noturno**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE IBIARA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19677 074	28/03/2019 09:01	Despacho	Despacho
64614 911	11/10/2022 20:40	Portaria de Designação	Portaria de Designação



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Conceição

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800637-63.2017.8.15.0151

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista que a parte é beneficiária da justiça gratuita, e que, para as partes assistidas pela gratuidade judiciária, deve ser, preferencialmente, nomeado perito integrante do quadro do Poder judiciário, nos termos da Resolução 09/2017 do TJPB, determino:

Proceda-se a escrivania pesquisa junto ao quadro dos peritos cadastrados no site do TJPB, preferencialmente os que atuam nessa região, ficando desde de já autorizada a sua nomeação.

Uma vez nomeado, intime-se o perito para designar dia, hora e local para realização do exame pericial no ambiente de trabalho da parte promovente, independente de compromisso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, necessárias à intimação das partes, bem como cientificando-lhe que os honorários periciais serão pagos após a apresentação do laudo, pelo Tribunal de Justiça, nos termos da Resolução 09/2017. Devendo o perito apresentar proposta de honorários, contatos e, em especial, o endereço eletrônico para onde serão dirigidas as intimações pessoais (art. 405, §2º, do CPC).

Após a nomeação, intemem-se as partes, via patrono, do inteiro teor deste despacho, bem como para apresentarem os quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Designada a data da perícia intemem-se as partes adotando as providências necessárias.

Cumpra-se.

Conceição, PB.



Antonio Eugênio Leite Ferreira Neto

Juiz de Direito



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CONCEIÇÃO

JUÍZO DA VARA ÚNICA

PROCESSO Nº 0800637-63. 2017.815.0151

Promovente: 0800637-63.2017.815.0151, CPF nº 090.848.304-07

Promovido: Município de Ibiara - PB

NOMEAÇÃO DE PERITO

Cumprindo o determinado no despacho contido no id. 63489070 dos autos supramencionados, nomeio como perito o engenheiro de segurança do trabalho, **Dr. SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA**, CPF nº 186.231.504-59, RG nº 4.986.865-SSP/PB, com registro no CONFEA sob o nº 1801132518-5, cadastrado no quadro de peritos do TJ/PB, com atuação nesta região, residente e domiciliado na Praça Galdino Pires, nº 04, Centro, Cajazeiras – PB, e-mail: pepepires17@gmail.com, para proceder à perícia no local de trabalho do promovente, devendo cumprir escrupulosamente o encargo, independentemente de termo de compromisso (art. 422, do CPC).



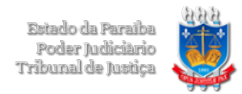
Conceição, 11 de outubro de 2022.

Deijair Vieira Silva

Analista Judiciário

Mat. 472.149-7





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

Data nascimento: *

25/09/1956

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

SAULO PERICLES BROCOS PIRES FERREIRA

CPF: *

168.231.504-59

Identidade: *

4986865_____

Órgão: *

SSP PB

INSS/PIS/PASEP: *

10269208728

Tipo: *

INSS

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

IRACLES BROCOS PIRES FERREIRA

Nome do pai:

WALDEMAR PIRES FERREIRA

Email: *

pepepires17@gmail.com

Telefone: *

(83) 99373-5982

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Água Branca	Aguiar	Alagoa Grande	Alagoa Nova
Alagoinha	Alcantil	Algodão de Jandaira	Alhandra

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Engenheiro de Segurança do Trabalho	PERICIAS	1801132585	<input type="text"/> <input type="button" value="✖"/>
Engenheiro Mecânico	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	1801132585	<input type="text"/> <input type="button" value="✖"/>

Adicionar profissão

Endereço *

CEP

58900-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Cajazeiras

Bairro ?

Logradouro *

PRAÇA GALDINO PIRES

Número * ?

04

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
Carteira de identidade profissional Engenheiro	

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco Bradesco S.A.

Agência: *

10537

Conta: *

10111560

Tipo conta: *

Poupança

Gravar cadastro



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.101.215

Requerente: Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição

Interessado: Saulo Pérciles Brocos Pires Ferreira – Perito Engenheiro de Segurança do Trabalho -
pepepires17@gmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00(trezentos e setenta reais), em favor de Saulo Pérciles Brocos Pires Ferreira – Perito Engenheiro de Segurança do Trabalho, CPF 168.231.504-59, nascido em 25/09/1956, PIS/PASEP 10269208728, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800637-63.2017.8.15.0151, movida por JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA, CPF 090.848.307-07, em face do MUNICÍPIO DE IBIARA, CNPJ 08.943.268/0001-79, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 12/14 dos presentes autos.

Consultando o sistema de cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o perito Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira se encontra em situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00(trezentos e setenta reais), em favor de Saulo Pércles Brocos Pires Ferreira – Perito Engenheiro de Segurança do Trabalho, CPF 168.231.504-59, nascido em 25/09/1956, PIS/PASEP 10269208728, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800637-63.2017.8.15.0151, movida por JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA, CPF 090.848.307-07, em face do MUNICÍPIO DE IBIARA, CNPJ 08.943.268/0001-79, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Conceição.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 30 de junho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



30/06/2023

Número: **0800637-63.2017.8.15.0151**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Conceição**

Última distribuição : **30/07/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.000,00**

Assuntos: **Adicional de Insalubridade, Adicional de Serviço Noturno**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOALISON MARQUES DAS NEVES DE ALMEIDA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE IBIARA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75457621	30/06/2023 13:21	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.101.215 - referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00(trezentos e setenta reais), em favor de Saulo Péricles Brocos Pires Ferreira – Perito Engenheiro de Segurança do Trabalho, CPF 168.231.504-59, nascido em 25/09/1956, PIS/PASEP 10269208728, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

